JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS / Nº 174 JULHO / 2016

AMAGIS
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Aperfeiçoamento do Judiciário é meta da nova direção do TJ

RENATA CALDEIRA / TJMG

Ao tomar posse, no dia 1º de julho, na Presidência do TJMG, o desembargador Herbert Carneiro reafirmou seu compromisso com o diálogo e trabalho, a fim de alcançar o aperfeiçoamento do Judiciário. **PÁGINAS 6 A 8**

TIAGO PARRELA

Um dia antes de sua posse, o novo presidente do TJMG, acompanhado do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reuniu-se com juízes no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, para pontuar o compromisso com a valorização da magistratura. **PÁGINA 9**

+SAÚDE! **AMAGIS VISITARÁ ASSOCIADOS NOS HOSPITAIS** - **PÁGINA 24**

Amagis renova parceria com TJ pelo aprimoramento do Judiciário

MAURÍCIO SOARES*

Após a exitosa gestão do presidente Pedro Bitencourt, o Judiciário mineiro viverá nova e ímpar oportunidade de ter à sua frente um profundo conhecedor do TJMG e dos anseios e angústias da Magistratura, especialmente de 1° grau. Como ex-presidente da Amagis, o desembargador Herbert Carneiro levou a gestão da Associação a boa parte das comarcas em movimento intenso e permanente para auscultar as demandas e conhecer de perto as dificuldades vividas pelos juízes e juízas, o que fez dele defensor ardoroso de melhores condições de trabalho e de segurança nos fóruns.

É também o primeiro presidente do Tribunal de Justiça com a honrosa experiência de ter sido diretor e presidente da nossa Amagis e que sabe, como poucos, o que os magistrados esperam da direção do TJ e necessitam para realizar uma Justiça de maior efetividade e qualidade. Como ex-servidor, juiz e desembargador em 35 anos de intensa e vocacionada trajetória, o novo presidente sempre manifestou respeito e reverência ao Judiciário e dedicou esforços por seu aperfeiçoamento.

Além dessas qualidades e virtudes, foi também membro da Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças do TJMG pela qual acompanhou, intensamente, o desenvolvimento de todos os programas, ações e projetos da profícua gestão do presidente Pedro Bitencourt, presenciando e colaborando no enfrentamento dos desafios e cumprimento das metas previstas.

Temos plena confiança de que o ilustre desembargador fará uma gestão igualmente bem-sucedida e participativa, no biênio 2016/2018, a exemplo do que fez na Amagis. De nossa parte, terá apoio integral e a parceria constante para viabilizar sua proposta de governança, focada no tripé "Diálogo, Compromisso e Trabalho", com o olhar do reconhecimento e da valorização, priorizando o aprimoramento da prestação jurisdicional por onde ela realmente começa, a Primeira Instância, que é a porta de entrada do cidadão no Judiciário.

Como bem acentuou em seu discurso de posse, o novo presidente está convencido de que, por meio do diálogo e parceria com os magistrados e servidores, identificando e buscando soluções, poderá alcançar êxito e avanços na administração. Foi exatamente essa convicção que o levou a ampliar a interlocução permanente junto aos três Poderes, em particular com o Tribunal de Justiça.

Sabemos que os tempos de hoje impõem dificuldades maiores, exigindo a conjugação de esforços que deverá ser desenvolvida para dar a necessária valorização profissional e a devida estrutura de trabalho aos magistrados. Tribunal e Amagis estarão mais uma vez sintonizados e têm como meta convergente o aperfeiçoamento de nosso Judiciário, especialmente no tocante à melhor qualificação da prestação jurisdicional, bem como a valorização da Magistratura.

Além de melhores condições de trabalho e de segurança nos fóruns, equipando-os com instrumentos necessários, estamos confiantes no futuro e convencidos de que o aprimoramento do Judiciário passa também por sua democratização. Histórica bandeira da Amagis, defendemos maior participação dos juízes e juízas nas eleições do corpo diretivo e na elaboração do orçamento, colaborando em seu caráter participativo e na proposição de prioridades.■

(*) Presidente da Amagis

"TJMG e Amagis estarão novamente sintonizados e têm como convergência o aperfeiçoamento de nosso Judiciário"

ÍNDICE **DECISÃO!**

Gestão Itinerante leva parceria ao interior **PÁG 03**

Presidente discute subsídios no Senado **PÁG 04**

Sistema informatiza execução penal **PÁG 05**

Hebert Carneiro defende melhorias na Justiça **PÁG 06**

Posse no TRE-MG **PÁG 07**

Parceria renovada **PÁG 09**

Encor debate rotina forense **PÁG 10**

Novas regras na propaganda eleitoral **PÁG 11**

Custódia reduz prisões provisórias **PÁG 12**

Visão crítica: Audiência de Custódia **PÁG 13**

Entrevista: Juiz Daniel Réche da Motta **PÁG 15**

Festivais no interior **PÁG 17**

Visite Abrolhos **PÁG 21**

+SAÚDE!

Combate ao Zika Vírus **PÁG 23**

Amagis Saúde visitará pacientes hospitalizados **PÁG 24**

JORNAL MENSAL
ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

PRESIDENTE
Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa: Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro
Vice-presidente Financeiro: Desembargador Alberto Diniz Júnior
Vice-presidente de Saúde: Juíza Luzia Divina de Paula Peixôto
Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Juiz José Martinho Nunes Coelho
Vice-presidente do Interior: Juiz Antônio Carlos Parreira
Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Juiz Ricardo Torres Oliveira
Diretor-Secretário: Juiz Christyano Lucas Generoso
Diretora-Subsecretária: Juíza Rosimere das Graças do Couto
Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas: Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441, Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188, Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634, Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação: Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão: Gráfica e Editora Del Rey
TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Gestão Itinerante leva parceria ao interior

Reuniões reforçam o diálogo em favor da magistratura

GEORGIA BAÇVAROFF

Reunião em Juiz de Fora

Integrar a capital e o interior, fortalecer as reivindicações dos juízes mineiros e incorporá-las à pauta nacional da magistratura. Esses são alguns dos objetivos alcançados pela gestão itinerante da diretoria da Amagis, que, em junho, esteve nas Comarcas de Uberaba, Poços de Caldas, Juiz de Fora e Montes Claros, e, agora, reforçando o diálogo com o TJMG em ações realizadas no interior do Estado.

Os encontros em Poços de Caldas (Sul de Minas) e Juiz de Fora (Zona da Mata), aconteceram, respectivamente, nos dias 13 e 17 de junho, e foram realizados com a participação do presidente (eleito) do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, o presidente da Amagis, Maurício Soares, e o então presidente do Tribunal, desembargador Pedro Bitencourt. No dia 23 de junho, a reunião foi com os juízes de Montes Claros (Norte de Minas).

Nas reuniões, o presidente da Associação ouviu as reivindicações dos juízes e falou sobre as iniciativas da Amagis em busca da valorização da magistratura, da melhoria das condições de trabalho e da independência do Judiciário, realizadas tanto em nível estadual quanto nacional.

Em Juiz de Fora, o presidente (eleito) do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, reforçou que sua gestão será pautada pelo diálogo e disse que como ex-presidente da Amagis conhece bem os anseios dos magistrados. "Quero estar o maior tempo possível com os juízes e darei ao nosso presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a mesma acolhida que recebi do desembargador Pedro Bitencourt, porque sei que sem a parceria dos magistrados e dos servidores, não é possível ter êxito na gestão", afirmou.

No encontro em Poços de Caldas, o desembargador Pedro Bitencourt fez um balanço das ações desenvolvidas durante sua gestão e destacou a importância da participação de todos para implantação de iniciativas como o PJe.

RAUL MACHADO/ASCOM-TJMG

Maurício Soares fala a juízes em Poços de Caldas

TIAGO PARRELA

Encontro em Uberaba

RETORNO A UBERABA

Uberaba foi a primeira Comarca para onde o presidente Maurício Soares viajou, logo após sua posse, quando participou, no dia 22 de janeiro, da inauguração do novo Fórum da cidade.

Efetivadas as primeiras ações de sua gestão, o presidente da Amagis retornou a Uberaba, no dia 9 de junho, para conversar sobre o trabalho realizado pela Associação e participar da inauguração da nova sala da Amagis.

Segundo o diretor da Seccional de Uberaba, juiz Fausto Bawden de Castro Silva, o espaço inaugurado oferece uma estrutura que atende aos juízes da Comarca. Para o diretor do Foro, juiz Fabiano Rubinger, o desembargador Maurício Soares tem dirigido a Associação de forma dinâmica e presente, sempre atento aos interesses da magistratura.■

Presidente discute subsídios no Senado

JONAS PEREIRA / AGÊNCIA SENADO

Plenário do Senado Federal

Maurício Soares retornou a Brasília para defender a aprovação do PLC 27/2016

Uma semana após a aprovação do Projeto de Lei 2.646 de 2015, que reajusta os subsídios dos ministros do STF em 15,76%, na Câmara dos Deputados, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, foi a Brasília, no dia 8 de junho, para defender junto aos parlamentares o projeto encaminhado para o Senado Federal, que passa tramitar sob o número PLC nº 27/2016.

No encontro com os senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes, Tasso Jereissati e Cássio Cunha Lima, o presidente Maurício Soares, que estava acompanhado do desembargador Paulo Mendes Álvares, ressaltou a importância da aprovação do reajuste dos subsídios da magistratura. A proposta prevê que 8,74% da correção sejam pagos a partir de junho deste ano e mais 7,02% a partir de janeiro de 2017.

Dois dias depois desse encontro, a Associação dos Magistrados Brasileiros, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e a Associação dos Juízes Federais do Brasil publicaram no jornal "Correio Braziliense" o artigo sob o título "Uma Demanda Justa".

No texto, que conta com apoio das associações estaduais, entre elas a Amagis, os presidentes esclarecem que o projeto de recomposição dos subsídios tramita desde o dia 13 de agosto de 2015, e destacam que as perdas salariais acumuladas chegam a 35%. Por essas razões, os representantes da magistratura entendem que a correção é justa e mantêm-se mobilizados na defesa do reajuste dos subsídios.■

Juiz substituto de 2º Grau

Regulamentação atende à reivindicação dos magistrados

O TJMG regulamentou, no dia 30 de junho, a atuação do cargo de Juiz de Direito Substituto de segundo Grau. A resolução atende à reivindicação dos magistrados apresentada pela Amagis ao Tribunal, garantindo que os provimentos sejam feitos alternadamente, observando os critérios de antiguidade e merecimento dentre os juízes de entrância especial.

O juiz substituto de segundo grau exercerá atividade exclusivamente jurisdicional no auxílio aos órgãos de 2º grau e na substituição de desembargadores, e sua atuação contará com a participação do Comitê de Monitoramento e Correição da Jurisdição de 2º Grau.

PATERNIDADE

Em apenas um mês, o TJMG atendeu a outra solicitação da Amagis e prorrogou a licença paternidade em 15 dias, para além dos cinco dias estabelecidos na Constituição Federal.

A prorrogação da licença paternidade será concedida automaticamente, sem prejuízo da remuneração, e também será garantida ao magistrado que adotar ou obtiver guarda judicial para adoção de criança.■

Segurança

Amagis defende melhorias nos Fóruns

Em entrevista à Rádio Itatiaia, veiculada no dia 6 de maio, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, defendeu a necessidade de melhorias na segurança dos fóruns mineiros.

O presidente da Amagis destacou ainda o Diagnóstico de Segurança Institucional do Poder Judiciário, que está sendo feito pelo CNJ, sobre a estrutura, atribuições e serviços prestados pela segurança institucional das unidades Judiciárias.

A preocupação com a segurança nos fóruns tem merecido cada vez mais a atenção da sociedade. No dia 29 de maio, um incêndio criminoso atingiu o gabinete do juiz Wander Soares Fonseca, na Comarca de Iporá, em Goiás. Em nota, Maurício Soares repudiou o atentado e manifestou a solidariedade da magistratura mineira ao juiz e aos magistrados de Goiás.

No dia 1º de junho, o presidente da Amagis foi a público novamente, desta vez, para contestar nota do Conselho Pleno da OAB-MG, "de repúdio" à atuação da juíza Tainá Silveira Cruvinel. Para Maurício Soares, não há fundamentos para os questionamentos feitos.■

Sistema informatiza execução penal

SEEU tem demostrado eficiência na identificação de benefícios prisionais

ARQUIVO PESSOAL

Capacitação do SEEU em Governador Valadares

No primeiro mês de funcionamento, o Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) tem demonstrado eficiência na identificação de benefícios prisionais de forma mais célere e com melhores condições de trabalho aos magistrados e servidores.

Essa é avaliação do Coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Minas Gerais, juiz Thiago Colnago Cabral, titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Governador Valadares, onde o mecanismo foi instalado pela primeira vez no país.

Com a digitalização dos processos, o SEEU informatiza os cálculos dos benefícios, e o magistrado é avisado automaticamente quando a concessão desse direito está vencendo, contribuindo para a organização da execução das rotinas e fluxos de trabalho.

Na avaliação do juiz Thiago Colnago, além de acelerar de forma significativa o trâmite processual, o SEEU ainda representa uma melhoria nas condições de trabalho por facilitar a gestão das varas de execução penal e por reduzir o espaço físico ocupado pelo acervo físico nas unidades judiciárias, uma vez que todos os processos são digitalizados.

Para o magistrado, o impacto positivo causado pelo sistema deverá ser a aceleração dos procedimentos de soltura e obtenção de benefícios, sem permanecer a manutenção da custódia por prazo superior ao legal. "A expectativa é que ocorra uma diminuição dos nossos índices de população prisional", concluiu.■

VANTAGENS DO SISTEMA

- Visualização em uma única tela de informações como: processo, parte, movimentações e condenações
- Detalhamento do cálculo de pena, com explicitação de frações e agendamento automático dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal
- Acompanhamento eletrônico dos prazos de progressão, oferecendo em tempo real o quadro das execuções penais em curso
- Pesquisa com indicativos gráficos para demonstrar a situação do sentenciado
- Produção de relatórios estatísticos que podem fomentar a criação de políticas públicas
- Promotores, defensores públicos, advogados, gestores prisionais e os demais atores que intervêm no processo de execução penal podem interagir com a nova ferramenta, alcançando petições, esclarecimentos e o levantamento de informações

FONTE: CNJ

CURSOS DA ENM PARA O 2º SEMESTRE

Gestão Orçamentária
Data: 10 e 11 de novembro
Carga horária: 16 horas/aula
Local: Brasília
Inscrições: até 10 de outubro
Vagas: 30

Direito do Consumidor
Data: 15 e 16 de setembro
Carga horária: 16 horas/aula
Local: Belém (PA)
Inscrições: até 15 de agosto
Vagas: 30

Direitos humanos
Data: 5 a 7 de outubro
Carga horária: 25 horas/aula
Local: Rio de Janeiro
Inscrições: até 5 de setembro
Vagas: 40

Filosofia do Direito
Data: 24 a 26 de agosto
Carga horária: 16 horas/aula
Local: Rio de Janeiro
Inscrições: até 24 de julho
Vagas: 30

Avaliações do novo CPC
Data: 31 de agosto a 2 de setembro
Carga horária: 16 horas/aula
Local: Brasília
Inscrições: até 29 de julho
Vagas: 30

Mediação e conciliação para magistrados aposentados
Data: 15 a 19 de agosto
Carga horária: 40 horas/aula
Local: Brasília
Inscrições: até 15 de julho
Vagas: 30

Ativismo judicial: limites e possibilidades
Data: 22 e 23 de setembro
Carga horária: 16 horas/aula
Local: Teresina (PI)
Inscrições: até 22 de agosto
Vagas: 30

Curso sobre Tratados Internacionais
Data: 27 e 28 de outubro
Carga horária: 16 horas/aula
Local: Brasília
Inscrições: até 27 de setembro
Vagas: 50

AS INSCRIÇÕES PARA OS CURSOS PODEM SER FEITAS NO SITE ENM.ORG.BR

Presidente do TJ defende melhorias na Justiça

TIAGO PARRELA

Herbert Carneiro discursa durante posse no Palácio das Artes

Novo presidente do TJMG destacou a autonomia dos Tribunais e a valorização de magistrados e servidores

"Reafirmo – aqui, e solenemente – minha disposição permanente para o diálogo, compromisso e trabalho", disse o desembargador Herbert Carneiro ao tomar posse, no dia 1º de julho, na Presidência do TJMG. Para ele, é necessário avançar no aprimoramento do sistema de Justiça brasileiro, preservando as autonomias administrativas e financeiras dos tribunais.

O novo presidente do Tribunal destacou que já fazem dez anos da última reforma do Judiciário e ressaltou a importância de iniciativas de democratização, planejamento estratégico, fiscalização e execução de políticas públicas de Justiça, que, hoje, são implementadas pelo CNJ.

Herbert Carneiro apontou que, no País, hoje, são mais de 107 milhões de processos e pouco mais de 15 mil juízes, com uma média de 7 mil por magistrado. O desembargador reconheceu que, para além da necessidade de reformar as ferramentas de gestão, "o Judiciário brasileiro é feito de homens e mulheres – magistrados e servidores – com sentimentos, direitos e expectativas, que devem ser valorizados, porque se dedicam integralmente às suas atividades e contribuem efetivamente para a realização da Justiça".

"Reafirmo – aqui,e solenemente – minha disposição permanente para o diálogo, compromisso e trabalho"
Herbert Carneiro

De acordo com Herbert Carneiro, os gestores dos Tribunais, juntamente com o Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil e as Associações de magistrados devem estar sintonizados para contribuir com o debate sobre a nova Lei Orgânica da Magistratura, hoje em discussão no STF.

Nessa caminhada, o novo presidente do TJ considera importante a parceria institucional entre os Três Poderes, construída no diálogo com o ex-presidente do TJMG e desembargador Pedro Bitencourt, no período em que Herbert Carneiro foi presidente da Amagis, e que deve permanecer com o governador Fernando Pimentel, o presidente da ALMG, deputado Adalclever Lopes, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, todo o sistema de Justiça e a sociedade.

No cenário nacional, Herbert Carneiro reconheceu o empenho do ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF e do CNJ, em conduzir a bom termo o Judiciário, sempre atento aos interesses da magistratura. Ele destacou ainda a expectativa positiva com a ascensão da ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF, que, de acordo com ele, tem em suas atuações firmes e competentes a legitimidade da futura chefia do Judiciário nacional.

"o Judiciário brasileiro é feito de homens e mulheres –magistrados e servidores – com sentimentos, direitos e expectativas, que devem ser valorizados"
Herbert Carneiro

Em mensagem lida pelo desembargador Pedro Bitencourt, a ministra Cármen Lúcia justificou sua ausência em função de uma reunião como o presidente do STF, e desejou êxito aos integrantes da nova direção do TJMG, em especial ao desembargador Herbert Carneiro, que, para ela, com o sucesso de sua gestão garantirá o melhor resultado para o Tribunal de Justiça mineiro. A saudação aos empossados foi feita pelo desembargador Rogério Medeiros. Leia os discursos no endereço eletrônico http://bit.ly/29neF40.■

Conheça os novos dirigentes do TJMG

Natural de Conceição do Mato Dentro, o desembargador Herbert Carneiro formou-se pela PUC Minas, em 1985, e é mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos. Ingressou na magistratura em 1992, e tornou-se desembargador em 2009. Presidiu o CNPCP e foi vice-presidente da Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas, ambos do Ministério da Justiça.

Desembargador Herbert Carneiro – Presidente do TJMG

O desembargador Geraldo Augusto de Almeida nasceu em Juiz de Fora. Graduou-se em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara (RJ), e ingressou na magistratura em 1977. Desembargador do TJMG desde 2002, foi superintendente-adjunto da EJEF de 2006 a 2007 e presidente do TRE–MG de 2014 a 2015.

Desembargador Geraldo Augusto de Almeida – 1º vice-presidente do TJMG

Desembargador do TJMG desde 2006, Wagner Wilson é natural de Belo Horizonte. Graduou-se em Direito em 1975 pela UFMG e ingressou na magistratura em 1987, passando pelas Comarcas de Passa Tempo, Prata, Passos e Belo Horizonte. Foi ainda superintendente da Coordenadoria da Infância e Juventude (Coinj) do TJMG.

Desembargador Wagner Wilson Ferreira – 2º vice-presidente do TJMG

Natural de Belo Horizonte, Saulo Versiani Penna é desembargador do TJMG desde 2011. Atuou como juiz nas Comarcas de Ferros, Monte Carmelo, Governador Valadares e Belo Horizonte. Graduado em Direito pela PUC Minas em 1985, é mestre e doutor em Direito Processual também pela Universidade Católica.

Desembargador Saulo Versiani Penna – 3º vice-presidente do TJMG

Natural de Belo Horizonte, o desembargador André Leite Praça graduou-se em Direito pela UFMG em 1987, e ingressou na magistratura em 1992. Foi diretor do Foro de Belo Horizonte e juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça de 2004 a 2007. Desembargador desde 2010, compôs o Órgão Especial do TJMG de 2012 a 2014.

Desembargador André Leite Praça – Corregedor-geral de Justiça

Mineira de Pouso Alegre, a desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro formou-se em direito pela PUC Minas em 1976, e ingressou na magistratura em 1990. Foi diretora do foro eleitoral de Belo Horizonte de 2009 a 2011. Tornou-se desembargadora em 2011, e foi ouvidora do TJMG de agosto de 2012 a agosto de 2013.

Desembargadora Mariângela Meyer – vice-corregedora de Justiça

Posse no TRE-MG

Novos presidente e vice assumem o Tribunal

IZABELA MACHADO

Magistrados e esposas

A quatro meses das eleições municipais, o novo presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Domingos Coelho, e o vice-presidente e corregedor eleitoral, desembargador Edgard Penna Amorim, tomaram posse, no dia 24 de julho, conscientes do desafio que têm pela frente.

O novo presidente reconheceu que, frente às dificuldades vividas pelo País, o desafio é grande, mas afirmou estar tranquilo para assumir a gestão do TRE-MG, certo de que pode contar com a competência e compromisso de toda a equipe de magistrados e servidores, como aconteceu com seus antecessores nessas oito décadas da Justiça Eleitoral mineira.

O desembargador Domingos Coelho destacou ainda a importância da atuação dos juízes eleitorais, cuja dedicação se multiplica por todos os municípios mineiros, que, neste ano, terão eleições. "A partir de agora, seguiremos juntos numa relação de estreita confiança e comprometimento para garantirmos o cumprimento constitucional de realizarmos eleições transparentes e seguras em 2016", afirmou.

Na solenidade, o desembargador Gudesteu Biber Sampaio, ex-presidente do TRE-MG e do TJMG, foi condecorado com a Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Vaz de Mello. Diversas autoridades compareceram à cerimônia, entre elas o governador Fernando Pimentel, o presidente da ALMG, deputado Adalclever Lopes, e o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares.■

Palácio das Artes recebeu autoridades na posse

TIAGO PARRELA

TIAGO PARRELA

MARCELO ALBERT / TJMG

RENATA CALDEIRA / TJMG

TIAGO PARRELA

MARCELO ALBERT / TJMG

RENATA CALDEIRA / TJMG

TIAGO PARRELA

RENATA CALDEIRA / TJMG

ASCOM / TJMG

MARCELO ALBERT / TJMG

TIAGO PARRELA

TIAGO PARRELA

IZABELA MACHADO

MARCELO ALBERT / TJMG

ASCOM / TJMG

TIAGO PARRELA

MARCELO ALBERT / TJMG

Parceria renovada

Presidentes do Tribunal e da Associação reúnem-se com juízes

TIAGO PARRELA

Herbert Carneiro e Maurício Soares com juízes no Fórum Lafayette

Um dia antes da posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, acompanhou o desembargador Herbert Carneiro, presidente (eleito) do TJMG, em uma visita aos magistrados de Belo Horizonte, realizada, no dia 30 de junho, no Fórum Lafayette.

Durante o encontro, do qual participaram cerca de 50 juízes, o novo presidente do Tribunal de Justiça falou aos juízes sobre dos desafios da gestão, da sua atenção aos anseios da magistratura mineira e do compromisso com o aperfeiçoamento do Judiciário.

A iniciativa reforça o diálogo entre a Amagis e o TJMG, reafirmando a importância da parceria institucional entre os Três Poderes, particularmente o Judiciário, na busca de uma Justiça cada dia mais apta a atender aos anseios dos cidadãos e enfrentar os desafios da sociedade, na defesa do Estado Democrático de Direito. *Saiba mais na página 6.*■

Novos Juízes

Magistrados foram recebidos pela diretoria da Amagis no Parque Esportivo

A diretoria da Amagis e desembargadores do TJMG receberam, no dia 29 de junho, no Parque Esportivo da Associação, em Belo Horizonte, os novos juízes da magistratura minera, que concluíram no dia 28 de junho o curso de formação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. O curso teve duração de quatro meses e teve como objetivo dar conhecimento prático aos novos juízes, preparando-os para os desafios que irão enfrentar em suas comarcas.■

GEORGIA BAÇVAROFF

Encontro na sede da Associação

RÁPIDAS

IZABELA MACHADO

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, assinou, no dia 30 de junho, o termo de adesão ao projeto "Rua do Respeito: todos temos direito a ter direitos" – do TJMG, Ministério Público de Minas Gerais e o Servas –, voltado para defesa da cidadania das pessoas em situação de rua. O encontro, realizado na sede da Associação, em Belo Horizonte, também celebrou a adesão da Associação Mineira do Ministério Público ao projeto.

PROGRAME-SE:
O XI Congresso Nacional de Pensionistas da Magistratura será realizado entre os dias 12 e 17 de setembro, na cidade de Bento Gonçalves (RS). Mais informações podem ser obtidas com Rosângela Corrêa pelo telefone (31) 3079-3492 ou pelo e-mail rosangela@amagis.

Encor debate rotina forense

Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça reuniu juízes em Araxá

O aprimoramento da rotina forense foi o eixo do 19º Encor, realizado nos dias 2 e 3 de junho, em Araxá (Alto do Paranaíba), com a participação de aproximadamente 70 juízes.

A palestra de abertura foi proferida pelo então presidente eleito do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, que falou sobre "O judiciário mineiro – realidade e perspectivas para o futuro". O presidente do Tribunal analisou o cenário econômico, falou sobre o papel do chefe do Judiciário como agente político, observada a função social da Justiça e destacou a necessidade de os juízes serem gestores.

MARCELO ALBERT/TJMG

Abertura do encontro em Araxá

O então corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Sérvulo dos Santos, fez um breve balanço de sua gestão e destacou o acompanhamento das metas do CNJ, as ações de fiscalização e suporte realizadas em 195 comarcas e a participação na expansão do PJe.

Na ocasião, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, conversou com os juízes e disse que as viagens às comarcas do interior têm sido fundamentais para identificar as demandas da classe, e reafirmou a parceria com o Tribunal de Justiça.■

Comarcas de Minas

Livro revela história das 296 Comarcas mineiras

Fruto de mais de seis anos de pesquisas da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), o TJMG lançou, no dia 6 de junho, o livro Comarcas de Minas. Com cerca de 1.700 páginas, a publicação traz a relação de todas as Comarcas do Estado, com um breve histórico de cada uma delas.

Segundo o superintendente da Mejud, desembargador Lúcio Urbano (ex-presidente do TJMG), a ideia de produzir o livro sobre as 296 comarcas mineiras surgiu em 2012. Para ele, a publicação rende tributo à magistratura mineira. "Com essa obra, a Memória do Judiciário traça a biografia do Tribunal de Justiça, dá testemunho do passado e uma lição para o futuro", disse.

IZABELA MACHADO

Lúcio Urbano, Marco Antônio e Pedro Bitencourt

O desembargador Pedro Bitencourt, então presidente do TJMG, destacou o valor do resgate da história do Judiciário mineiro feito no livro, e destacou que a obra é uma importante fonte de consulta para a comunidade jurídica e toda a sociedade.■

RÁPIDAS

No dia 20 de junho, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, recebeu uma visita de cortesia do presidente OAB-MG, Antônio Fabrício Gonçalves, em encontro do qual participaram diretores das duas instituições. Na ocasião, foram discutidos assuntos de interesse da magistratura e advocacia.

Os desembargadores Pedro Bernardes de Oliveira, Pedro Aleixo Neto e Rogério Medeiros Garcia de Lima e os juízes Ricardo Domingos de Andrade, da Comarca de Bicas, e Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro, da Comarca de Uberlândia, receberam, no dia 9 de maio, a Medalha Alferes Tiradentes da PMMG.

Novas regras

Mudanças na propaganda eleitoral foi tema de seminário do TRE-MG

ANDRÉ GUIDO / TRE-MG

Magistrados, advogados e membros de partidos no seminário

A partir do dia 16 de agosto, as eleições municipais entrarão oficialmente no dia a dia dos cidadãos, com o início da propaganda eleitoral. Com a minirreforma eleitoral (Lei 13.165), novas regras foram fixadas para a campanha causando um impacto direto nas candidaturas e trazendo mudanças nos critérios a serem observados pelos magistrados.

As mudanças na propaganda eleitoral foram abordadas no seminário "Antes do Voto", realizado pelo TRE-MG, no dia 15 de junho, com a participação de magistrados, advogados e representantes de partidos políticos, ampliando o debate e orientando os atores envolvidos no processo sobre dos novos aspectos da legislação.

De acordo com o secretário judiciário do TRE-MG, Diogo Mendonça Cruvinel, que palestrou sobre o tema, as mudanças feitas na legislação seguiram três pilares: redução do tempo de campanha, restrição do financiamento por pessoa jurídica e fixação de teto para os gastos de campanha.

Para Diogo Mendonça, a limitação dos gastos e a redução do tempo de campanha são medidas coerentes, pois, se não há mais recursos disponíveis para os gastos das candidaturas, faz sentido a redução do período de campanha, bem como a redução desse tempo não justifica o uso de grandes quantias para a propaganda eleitoral, como ocorria nos pleitos anteriores.

Por outro lado, o secretário judiciário entende que o Tribunal Superior Eleitoral flexibilizou algumas condutas como a campanha extemporânea, que antes era caracterizada pela menção ao pleito, ao cargo disputa e pelo pedido de voto. Segundo ele, com as mudanças, é permitido ao candidato pedir apoio político, colocar-se como pré-candidato e apresentar suas propostas, desde que não haja o pedido explicito de votos.

Diego Mendonça aponta ainda algumas contradições na campanha eleitoral, cujas normas adotadas buscam dar um equilíbrio maior entre as candidaturas. Ele observou que, num período mais longo de propaganda eleitoral, os candidatos com mais acesso aos recursos financeiros têm melhores condições de manter as atividades de campanha. Por outro lado, na avaliação dele, os candidatos mais conhecidos dos eleitores podem acabar sendo beneficiados com o prazo mais curto.■

RÁPIDAS

***NOVA SEDE** – A transferência dos setores e câmaras do TJMG para a Avenida Afonso Pena, 4001, no bairro Serra (zona sul de Belo Horizonte), teve início em junho. Já estão funcionando na nova sede, a presidência, a 1ª, 2ª e 3ª vice-presidências do Tribunal de Justiça. A Assessoria de Comunicação, o Gabinete Militar e parte da Diretoria de Informática também já estão no local.*

O desembargador Osmando Almeida recebeu, no dia 3 de junho, o título de Cidadão Honorário de São Gotardo em sessão solene realizada na Câmara Municipal. Na mesma noite, ainda em São Gotardo, o desembargador Pedro Bernardes lançou a segunda edição do livro "Um sonho real".

Colegiado debate ouvidorias

Carta de Belo Horizonte aponta principais melhorias aos órgãos

IZABELA MACHADO

Autoridades na abertura do encontro

A estruturação das Ouvidorias Eleitorais foi o principal ponto defendido pelo Colégio de Ouvidores durante encontro realizado, nos dias 16 e 17 de julho, no TRE-MG. A carta com as propostas de organização dos órgãos será entregue aos presidentes dos Tribunais de Justiça.

Na abertura do encontro, da qual participou o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, foi debatido o papel da ouvidoria na administração pública, com destaque para os desafios enfrentados pelo órgão na sociedade da informação, com a intensificação da internet e das redes sociais, que tornam, cada vez mais dinâmicas, a participação da população na esfera pública.■

CUSTÓDIA REDUZ PRISÕES PROVISÓRIAS

Audiências completam um ano com resultados positivos e desafios

GEORGIA BAÇVAROFF

Audiência de Custódia na Ceflag

GEORGIA BAÇVAROFF E TIAGO PARRELA

Ao lançar o projeto de audiência de custódia em Belo Horizonte, em julho de 2015, o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF e do CNJ, afirmou que o objetivo era manter a prisão daqueles que são perigosos para a sociedade. **"Nós não queremos prender um jovem, primário, aquele que cometeu um delito sem gravidade e sem violência, para que ele não se misture com presos perigosos e vire um soldado do crime"**, afirmou o ministro.

De acordo com ele, a audiência de custódia contribui para a abertura de vagas nos presídios para aqueles que realmente devem ficar presos. Foi exatamente esse ponto que a juíza Paula Murça, coordenadora da Central de Flagrantes (Ceflag) do TJMG, ressaltou em entrevista ao Jornal DECISÃO.

Realizando audiências de custódia há quase um ano, a magistrada destacou que a prática do projeto possibilita a melhoria no fluxo de presos no sistema prisional. "Quando damos a liberdade para o autuado, dentro de critérios previstos na lei, estamos, a meu ver, melhorando o fluxo de presos, uma vez que deixa de ser preenchida uma vaga para réu que efetivamente precisa estar preso", afirmou.

De fato, em menos de um ano da implantação do projeto, a audiência de custódia evitou a entrada de mais 50% de presos provisórios no sistema carcerário em Belo Horizonte. De acordo com levantamento realizado pela Ceflag, de agosto, quando foi implantada, até meados de junho deste ano, foram realizadas cerca de 8.700 audiências. Deste total, 3.970 autuados tiveram prisão preventiva decretada.

Cerca de 30 audiências de custódia com presos em flagrante são realizadas por dia na Ceflag, na capital mineira. Os autuados são levados ao juiz em até 24 horas após a prisão, e o magistrado decide pela manutenção da prisão, convertendo-a em preventiva, ou pelo relaxamento, ou ainda, substituição por uma medida cautelar, além de pagamento de fiança.

"Instalamos a ordem e paz social com a realização das audiências" **Juiz Oilson Hoffmann Schmitt**

A juíza Paula Murça considerou o aumento no índice de cumprimento das cautelares entre os autuados como outro ponto positivo da audiência. De acordo com ela, ao determinar a cautelar, o juiz esclarece ao réu o que deve ser feito e o que acontece em caso de não cumprimento daquela medida.

"Antes da audiência de custódia, a gente liberava o autuado com a condição, por exemplo, de ele comparecer em juízo periodicamente, mas, muitas vezes, o cumprimento da medida não era explicado e o próprio autuado nem ficava sabendo o que era aquela medida cautelar. Com isso, o índice de cumprimento era muito pequeno. Mas agora tem aumentado bastante, o que tem sido muito positivo", observou a magistrada.

Como desafios, Paula Murça apontou a logística das realizações das audiências de custódia,

sobretudo no interior do Estado. "É um aparato muito grande que é utilizado todos os dias para a realização das audiências e, por isso, são necessários aprimoramento e aperfeiçoamento constantes", reconheceu a juíza.

OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS

Em Uberlândia, no Triangulo Mineiro, a audiência de custódia também tem refletido em benefícios para o sistema prisional. Balanço realizado pela Vara de Execuções Penais da Comarca, entre maio e junho deste ano, mostrou que quase metade dos autuados, neste período, conseguiu a liberdade. Entre 10 de maio e 7 de junho, foram realizadas 246 audiências de custódia na Comarca, sendo que 113 tiveram liberdade provisória.

De acordo com o juiz de Execuções Penais de Uberlândia, Lourenço Migliorini, as audiências têm a capacidade de reduzir, de forma responsável, a população carcerária, gerando economia ao Estado. O magistrado informou que cada pessoa presa gera um custo mensal de cerca de R$ 3 mil aos cofres públicos. "Só em Uberlândia, a audiência de custódia economizou quase R$ 400 mil à Comarca", afirmou Migliorini.

PERFIL

O tráfico de drogas lidera as estatísticas das audiências de custódia em Uberlândia, segundo o levantamento feito pela Comarca. Das 246 audiências realizadas no período de um mês, 105 foram por ocorrência do tráfico, seguido de roubo, furtos, crimes de trânsito, Lei Maria da Penha, porte de arma e estelionato, além de outros casos de menor gravidade.

"Quando damos a liberdade para o autuado, dentro de critérios previstos na lei, estamos, a meu ver, melhorando o fluxo de presos"
Juíza Paula Murça

O tráfico de drogas também é o crime de maior incidência em Varginha, no Sul de Minas. Segundo levantamento feito na 1ª Vara Criminal, das audiências de custódia realizadas no período de um ano, quase 30% eram relacionadas ao tráfico de drogas, seguido por Lei Maria da Penha, roubo, furto, crimes de trânsito, entre outros.

Para o juiz da 1ª Vara Criminal, Oilson Hoffmann Schmitt, a audiência de custódia tem sido positiva para todo o sistema prisional. "Instalamos a ordem e paz social com a realização das audiências. Foi reduzida a zero a possibilidade de um autuado ser agredido pela polícia no auto do flagrante. Além disso, houve uma melhora significativa na superlotação carcerária de presos provisórios em Varginha, já que, no período de realização de audiências de custódia, deixamos de mandar para a prisão 56% dos autuados", disse.

ADAPTAÇÃO REGIONAL

De acordo com Glauber Willer Ramos e Lima, superintendente de Articulação Institucional de Gestão de Vagas, a Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais apoia totalmente as audiências de custódia, mas ele considerou necessário que se façam pequenas adequações que observem as diferenças locais e as estruturas disponíveis ao Sistema de Justiça e de Defesa Social. "Considerando ainda que o perfil do criminoso vai variar de região para região, é necessário que se faça o envolvimento de equipes multidisciplinares e outros aparelhos de Estado, principalmente para o acompanhamento daquele indivíduo que foi beneficiado com a soltura na audiência de custódia, com vista a minimizar a reincidência", observou Lima.■

"É necessário que se faça o envolvimento de equipes multidisciplinares e outros aparelhos de Estado"
Superintendente Glauber Willer Ramos e Lima

RENATA CALDEIRA / TJMG

Primeira audiência de custódia realizada no Estado

COMO FUNCIONA:

- A autoridade policial apresentará a pessoa detida, até 24 horas após a sua prisão, ao juiz competente, para participar da audiência de custódia

- O autuado terá contato prévio e por tempo razoável com seu advogado ou defensor

- Na audiência de custódia, o autuado será informado da possibilidade de não responder a perguntas que lhe forem feitas. O juiz o entrevistará sobre sua qualificação, condições pessoais e sobre as circunstâncias objetivas de sua prisão

- O juiz ouvirá o Ministério Público e o defensor, quando estiverem presentes na audiência

- Após a entrevista, o juiz decidirá fundamentadamente qual a medida a ser tomada em relação à prisão em flagrante

- Com base nas informações colhidas na audiência de custódia, o juiz competente poderá requisitar exame clínico e de corpo de delito do autuado, quando concluir que perícia é necessária para: apurar possível abuso cometido, durante a prisão em flagrante, ou a lavratura do auto, e determinar o encaminhamento assistencial que repute devido

FONTE: TJMG

VISÃO CRÍTICA: AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Juízes devem decidir sobre a necessidade e legalidade da detenção

JAYME SILVESTRE
CORRÊA CAMARGO*

Custódia é a ação de guardar, de proteger, podendo significar detenção, prisão, vigilância.

Para o presente artigo, custódia é o estado de quem é preso pela autoridade policial para averiguações, ou conservado sob segurança e vigilância, como medida de preservação, prevenção ou proteção.

Em alguns países, denominada Audiência de Garantias é o ato judicial em que, logo após a sua prisão, o individuo é apresentado ao juiz, que decidirá sobre a necessidade e a legalidade dessa sua custódia pelo Estado.

Sua implantação propicia um contato pessoal do preso com o juiz. Até então, um ente quase abstrato, possível ator de um fato tido como contrário à lei, passa o preso a ser alguém, uma pessoa protagonista de uma história, com sentimentos relacionados à dor, vergonha, ódio, arrependimento.

O Estado detém o jus puniendi, devendo exercê-lo após o devido processo legal, ou seja, somente quando já transitada em julgado a sentença condenatória é que o indivíduo, se for o caso, será recolhido ao cárcere.

Exceção, contudo, é a prisão cautelar, ou seja, aquela efetuada na fase processual ou mesmo ainda antes do início do processo, que é admitida em situações excepcionais.

Assim, enquanto em trâmite o processo criminal instaurado, a regra geral é a do princípio constitucional da presunção de inocência ou da não culpabilidade.

Importante destacar o fato de que, hoje, mais da metade dos presos são provisórios, pairando sobre eles apenas suspeitas, ou seja, ainda são, em tese, inocentes, já que sem sentença condenatória transitada em julgado.

A audiência de custódia é prevista em vários tratados internacionais e, em dois deles, o Brasil é signatário: a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San Jose da Costa Rica, e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, sendo que, a despeito de incorporados em nosso ordenamento jurídico desde o ano de 1992, o Brasil não os estava respeitando.

"HOJE, MAIS DA METADE DOS PRESOS SÃO PROVISÓRIOS, PAIRANDO SOBRE ELES APENAS SUSPEITAS, OU SEJA, AINDA SÃO, EM TESE, INOCENTES"

Em países como Peru, México, Argentina, Chile e Equador já introduziram esse direito em suas legislações, sendo exigida a apresentação da pessoa presa perante um juiz, no máximo, em 48 horas depois da prisão. Na Colômbia, em 36 horas. Na África do Sul, Alemanha, Portugal, Espanha, França, Reino Unido e Suécia, não podem ser ultrapassadas 72 horas contadas da prisão.

"HÁ ENTENDIMENTO DE QUE A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA DEVE SER OBRIGATÓRIA, JÁ QUE PREVISTA EM TRATADOS INTERNACIONAIS FIRMADOS PELO BRASIL"

Existem argumentos no sentido de que, por não haver no Brasil qualquer previsão em lei quanto à obrigatoriedade de sua realização, esta não se mostra legalmente exigível.

Em sentido contrário, há entendimento de que a audiência de custódia deve ser obrigatória, já que prevista em tratados internacionais firmados pelo Brasil, que, por versarem sobre Direitos Humanos, têm caráter supralegal, ou seja, estão em uma posição abaixo da Constituição da República e acima da lei.

Entendem seus simpatizantes que, por não se tratar de matéria processual, a sua adoção não constitui invasão de reserva constitucional atribuída com exclusividade ao Poder Legislativo da União.

Contudo, a maneira precipitada como vem sendo implantada, pode acarretar mais malefícios que benefícios. A carência de magistrados, promotores de Justiça e defensores públicos no País implicará o fato de que nem sempre será possível, em um prazo de 24 horas, reunir todos esses agentes em um único ato.

A audiência de custódia pode resultar no relaxamento de eventual prisão ilegal; na concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança; na substituição da prisão em flagrante por medidas cautelares diversas; na conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva; na análise da consideração do cabimento da mediação penal, evitando a judicialização do conflito e corroborando para a instituição de práticas restaurativas.

Assim, depois de uma inércia absurda de mais de 20 anos, absurdamente agora, vem ela a ser imposta sem qualquer debate com os envolvidos na sua aplicação.

Trata-se de uma novidade, e geralmente o novo incomoda. Espera-se que, com boa vontade, talvez, tenhamos um bom resultado, dando oportunidade para que, com o tempo, seja aperfeiçoada.■

(*) Desembargador da 4ª Câmara Criminal do TJMG. O artigo original sobre o tema foi publicado na 12ª edição da revista Amagis Jurídica.

ARQUIVO PESSOAL

Juiz Daniel Réche da Motta

PERFIL

Evitar que o autor de um crime de menor potencial ofensivo ingresse no sistema prisional, melhorar a estrutura das unidades prisionais e contribuir para ressocialização do apenado. Esses são alguns dos benefícios da aplicação das penas pecuniárias, apontados pelo juiz Daniel Réche da Motta, que atua em cooperação na Vara de Execuções Penais da Comarca de Juiz de Fora, na Zona da Mata. Em abril, com o uso de recursos da pena pecuniária, a comarca inaugurou o anexo da Penitenciária José Edson Cavalieri, com capacidade para 200 reeducandos. Daniel Réche e o juiz Evaldo Elias Penna Gavazza, titular da Vara de Execuções Penais de Juiz de Fora, avaliam a possibilidade da construção de um anexo feminino no presídio e de uma unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac).

"As penas pecuniárias permitem que o cidadão continue a sua vida. Continue a produzir, a trabalhar, a ter sua vida sem que fique privado de sua liberdade"

"Num momento de crise econômica, a utilização dessas verbas pode contribuir para que o estado possa direcionar recursos para atender às necessidades do cidadão"

Como surgiu a proposta de construção do anexo na penitenciária?

A resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nº 154/2012, prevê a destinação das verbas de penas pecuniárias para o atendimento de instituições com caráter beneficente. Havia cerca de R$ 600 mil em caixa e começamos a discutir, na Vara de Execuções Penais, o que poderíamos fazer com esse recurso.

Na conversa com o Dr. Evaldo (titular da Vara) avaliamos que havia um déficit muito grande no presídio da Comarca. Nesse período, ainda não havia nenhuma regulamentação sobre a construção de vagas nas unidades prisionais. Consultamos o Tribunal de Justiça e seguimos adiante com o projeto. Acredito que pudemos construir essas vagas para ajudar a demanda do estado.

Como o novo anexo está sendo utilizado?

O anexo se destina a ser mais um passo no processo de ressocialização, pois nele estão apenas os indivíduos que já estão no regime semiaberto. Ao todo, são 200 reeducandos que trabalham no Departamento Municipal de Limpeza Urbana, durante o dia, e voltam para pernoitar na unidade, onde foram construídos quatro alojamentos, uma sala de convivência e um espaço para a celebração de cerimônias religiosas.

A obra demorou de seis a sete meses para ser concluída, depois passou por testes e avaliações, e quando estava absolutamente pronta foi entregue ao Poder Executivo. Contamos com o apoio da Secretaria de Defesa Social, Conselho da Comunidade e Prefeitura. O apoio de todos os envolvidos foi muito importante para nós.

Além do investimento na estrutura das unidades prisionais, quais outras vantagens a aplicação de penas pecuniárias podem ter?

As penas pecuniárias permitem que o cidadão continue a sua vida. Continue a produzir, a trabalhar, a ter sua vida sem que fique privado de sua liberdade. Essas penas são aplicadas em delito de menor gravidade. Quando o indivíduo fica preso, ele ocupa espaço numa unidade prisional, gera custos para o Estado e, muitas vezes, tem contato com a criminalidade mais avançada no cárcere. Com as penas pecuniárias, nós evitamos essa passagem pelo sistema carcerário.

Como é feito o recolhimento das verbas das penas pecuniárias?

A regulamentação do CNJ, acompanhada pelo TJMG, diz que se não tiver a possibilidade da identificação da vítima, a verba deve ser destinada a uma conta pertencente à Vara de Execuções Penais de cada Comarca. Há uma conta em um banco público, cadastrada em todas as unidades de prestação jurisdicional da Comarca, e a destinação desse recurso já é feita na sentença.

Como é feito o cálculo de cada pena?

A legislação traz algumas balizas a serem aplicadas, mas quem faz a aplicação concreta no caso é o juízo da condenação originário. Seja ele dos Juizados Especiais ou das varas criminais. É o juiz do processo de conhecimento que vai fazer a delimitação da pena em cada caso.

Quais outras aplicações podem ter as verbas provenientes de penas pecuniárias?

Num momento de crise econômica, a utilização dessas verbas pode contribuir para que o estado possa direcionar recursos para atender às necessidades do cidadão em áreas como saúde, educação e transporte público. No sistema penal, podem ser investidas ainda em escolas em tempo integral e unidades de saúde nas unidades prisionais.■

lucasleiloeiro.com.br fernandoleiloeiro.com.br jonasleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial

leiloesmg@leiloesmg.com.br | (37) 3242-2001 | (37) 99862-5659

GRUPO CRÉDITO

Falência Recuperação Judicial Execução

Despachantes - Engenheiros - Economistas - Liquidantes Judiciais

Corretores Imobiliários - Contabilistas - Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocrédito.com.br

Festivais no interior

Até o final de julho, cultura invade várias cidades mineiras

Até o final deste mês, apresentações musicais, teatrais, de cinema, oficinas e debates irão tomar as ruas das cidades mineiras, com os festivais de inverno realizados em Itabira, Congonhas, Ouro Preto, Mariana, São João del Rei, Diamantina e Belo Horizonte, abordando diferentes expressões culturais.

Na cidade natal de Carlos Drummond de Andrade, o festival chega à sua 42ª edição ininterrupta com o tema "E se essa rua fosse minha?", abrindo espaço para aqueles que fazem arte fora dos eixos comerciais e trazendo a discussão sobre a ocupação dos espaços públicos.

Em sua 21ª edição, o festival de Congonhas, também na região Central, traz como lema principal "Os valores da terra", com o objetivo de valorizar a produção dos artistas locais e sua contribuição para a difusão da cultura na cidade.

MARIA BONOME

Cortejo Abre-Alas do Lume Teatro em Ouro Preto, em 2013

Em Belo Horizonte, o festival é realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais. O tema desta 48ª edição será "Territórios Culturais de Trânsito", cuja proposta é demonstrar que, na pluralidade do mundo contemporâneo, é necessário que culturas diferentes interajam. Entre as atrações do festival, estarão as artes visuais e audiovisuais, performances, teatro e ciências.

ALTERNATIVAS À CRISE

Mesmo com as dificuldades para captar recursos financeiros e garantir toda a estrutura de eventos anteriores, Ouro Preto e São João del Rei buscaram alternativas para garantir a realização dos seus tradicionais festivais neste ano.

6
cidades já confirmaram seus festivais

A organização do "Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana – Fórum das Artes 2016" promoveu, nos dias 2 e 3 de junho, debates nas duas cidades para apresentar e propor um formato mínimo de atividades capaz de garantir a execução do evento.

Em São João del Rei, os artistas se organizaram e, por meio do financiamento coletivo da internet (crowdfunding), e com apoio dos comerciantes locais, aproximadamente 50 atividades culturais deverão ser realizadas. O festival terá o lema "Não deixe a cultura morrer", em referência ao tema "Não deixa o samba morrer", escolhido inicialmente pela Universidade Federal de São João del Rei, tradicional realizadora do evento.■

DATAS DOS FESTIVAIS DE INVERNO

- **Congonhas**
  8 a 23 de julho
- **Itabira**
  4 a 24 de julho
- **Ouro Preto e Mariana**
  8 a 17 de julho
- **São João del Rei**
  16 a 24 de julho
- **Diamantina**
  28 de junho a 31 de julho
- **Belo Horizonte**
  15 a 23 de julho

Instituto Mineiro de Perícias

Um olhar técnico a favor da verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnia
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro
Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Convênio AMAGIS

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO

FOTOS: FERNANDA MARQUÊS

Exploração sexual

O Via Justiça aborda a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Participam do programa, o juiz Carlos Alexandre Romano, da Vara da Infância e Juventude de Lagoa Santa, e Willian Santos, advogado. Segundo o Unicef, a exploração sexual de crianças representa a última etapa de uma série anterior de violações de direitos. Quais são essas violações? (Foto)

Direito Eleitoral

Belo Horizonte foi sede, no mês de junho, do I Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral: "Diálogos sobre Democracia e Direito Eleitoral". Falam sobre o assunto, o procurador da República, Ângelo Giardini de Oliveira, e Marina Ferreira, chefe da Seção de Editorações e Publicações da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MG. Quais as contribuições da legislação eleitoral?

Estupros no Brasil

O programa discute a cultura do estupro no Brasil. Quais são as estatísticas no país? Como o estupro é tratado na legislação brasileira? Quem responde a essas perguntas são duas entrevistadas: a juíza Maria Luiza Santana Assunção, da 16ª Vara Criminal de Belo Horizonte, e Gislene Valadares, presidente da Associação Brasileira de Prevenção e Tratamento de Ofensas Sexuais.

Conflitos escolares

O Via Justiça discute a atuação do Judiciário e da Defensoria Pública nas escolas de Minas Gerais. Participam do programa, a juíza Marli Maria Braga Andrade, do Juizado Especial de Belo Horizonte, e a defensora pública Francis Coutinho, coordenadora do Programa de Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar. Quais são os conceitos e princípios da mediação? ■

União estável

O Novo Código de Processo Civil trouxe importantes modificações na área de família, mas o destaque ficou por conta da proteção dada aos direitos de quem vive em união estável. Quais são essas mudanças? Houve alterações sobre a pensão alimentícia e partilhas de bens? Quem responde a essas perguntas é o juiz Clayton Rosa de Resende, da 5ª Vara de Família de Belo Horizonte. (Foto)

Justiça de 1° grau

De acordo com o Relatório Justiça em Números, do CNJ, nove em cada dez processos tramitam na 1ª instância da Justiça. A Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1° Grau tem por objetivo fazer frente às dificuldades de funcionamento de varas, cartórios e outros órgãos da 1ª instância. A juíza Lilian Maciel Santos, auxiliar da presidência do TJMG, fala sobre o tema.

Progressão de pena

A progressão do regime é um problema para o sistema prisional. O que fazer quando um condenado tem o direito de ir para o regime semiaberto, mas não há vagas? Deve-se mantê-lo no regime fechado ou liberá-lo para a prisão domiciliar? Justiça ou impunidade? Quem responde a essas perguntas é o juiz Leonardo Antônio Bolina Filgueiras, da Vara de Execução Penal de Betim.

Comarcas de Minas

As Comarcas são a primeira referência e porta de entrada do Judiciário para o cidadão. Quando surgiram as Comarcas e o que representam no processo de formação do Judiciário mineiro? Onde podem ser instaladas? Participa do nosso programa o desembargador Lúcio Urbano da Silva Martins, superintendente da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), do TJMG.■

TV

TV ASSEMBLEIA
Sexta-Feira, às 23h (Canal 11)
TV JUSTIÇA Sábado, às 15h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)
TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 901)

TV JUSTIÇA
Sábado, às 18h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)
TV COMUNITÁRIA
Sábado, às 22h (Canais 6 ou 901)

YouTube **www.youtube.com/amagismg/videos**

Amagis Jurídica

Revista abre chamada de artigos e busca qualificação junto à Capes

O Conselho Editorial da Amagis Jurídica está recebendo artigos para as próximas edições da revista. A coleta de textos realiza-se em fluxo contínuo. Além dos magistrados de todo o País, podem colaborar outros profissionais da área jurídica, como advogados, promotores e defensores, além de consultores, docentes e estudantes de pós-graduação, mestrado e doutorado em Direito.

Os artigos devem abordar temas jurídicos, entre outras regras que podem ser consultadas no site www.amagis.com.br. Os trabalhos devem ser encaminhados à Assessoria de Comunicação da Amagis, em formato digital (documento de Word), pelo endereço imprensa@amagis.com.br

Os textos recebidos serão enviados, sem os nomes dos autores, aos profissionais que compõem o corpo de pareceristas da revista para escolha dos artigos a serem publicados.

AMAGIS

Envie o seu artigo para imprensa@amagis.com.br

QUALIS DA CAPES

A Amagis Jurídica está buscando o seu nivelamento qualitativo (qualis) junto à Capes (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), órgão do Ministério da Educação. Por isso, a contribuição de toda a comunidade jurídica é fundamental para essa conquista.■

CAUSAS DO IMPEACHMENT

Crise econômica e falta de popularidade são algumas razões do processo

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Mostra a história que, nos 127 anos de República, só 12 presidentes foram eleitos pelo voto direto e cumpriram totalmente o período, incluindo Dilma Rousseff no primeiro mandato. Oito vices assumiram a Presidência.

Na Primeira República (1889/1930), embora se proclame certa estabilidade, vários presidentes por longos períodos governaram em estado de sítio, enfrentando sérios conflitos sociais. Seguiu-se o governo Vargas (1930-37) e o Estado Novo (1937-1945), sendo suspensas as eleições. Com a volta do voto popular, eleito, Getúlio suicidou-se. Em 1961, Jânio Quadros, renunciou sem maiores explicações. O vice João Goulart, que estava na China, depois de um quase confronto militar, assumiu no sistema parlamentarista. Acabou deposto em 64 e o estado militarista infelicitou o País durante 20 anos. Eleito pelo Congresso, dias antes da posse, Tancredo faleceu. O vice José Sarney assumiu. Fernando Collor, eleito em 1992, sofreu impeachment.

O tema volta atualmente à baila. Quem leu o alentado relatório do senador Antonio Anastasia não tem a menor dúvida de que o placar de 55 votos a 22, a favor de sua admissibilidade, justifica-se sob o ponto de vista técnico-jurídico. O fracasso econômico maquiado por uma contabilidade criativa, as chamadas 'pedaladas', além de decretos suplementares sem a autorização legislativa, são os motivos formais do afastamento provisório da presidente. Na decisão dos congressistas é inegável, porém, que pesaram muito mais os aspectos políticos e econômicos.

Cabe lembrar que o impeachment do presidente Bill Clinton (EUA) acabou rejeitado. É que os EUA atravessavam forte prosperidade econômica, gozando o então presidente de grande aprovação popular. Estivesse a nossa presidente com a mesma popularidade, e o Brasil com pujante prosperidade econômica, dificilmente o processo seria admitido na Câmara dos Deputados e, depois, no Senado. Prevaleceu, entretanto, o conjunto da obra sobre o aspecto formal, sendo o afastamento aprovado por 62,4% dos brasileiros, como mostrou pesquisa da CNT/MDA.

"NA DECISÃO DOS CONGRESSISTAS (PELA ABERTURA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT) É INEGÁVEL, PORÉM, QUE PESARAM MUITO MAIS OS ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS"

O Brasil quase quebrou com Dilma. A dívida pública que era de 51,8% do PIB, na primeira eleição dela em 2010, saltou para 66,5% em 2015, com previsão de chegar a 80% em 2018. Segundo simulação feita por economistas da Federação das Indústria de São Paulo (Fiesp), é hoje superior a R$ 4 trilhões, quando poderia estar em R$ 600 bilhões. O déficit fiscal, cuja previsão era de R$ 96 bilhões chegou a R$ 170,5 bilhões, ou seja, 75% maior que o previsto pelo governo da presidente afastada. No limite do desastre, o governo anterior fabricava dinheiro para pagar as contas ao custo de uma inflação desenfreada, que já supera 10% ao ano. O desemprego atingiu a casa dos 11 milhões de brasileiros. Em suma, o Brasil enfrenta forte recessão, com o maior declínio acumulado do PIB - 7,1% desde 2014, à frente somente da Venezuela.

"CABE LEMBRAR QUE O IMPEACHMENT DO PRESIDENTE BILL CLINTON ACABOU REJEITADO. É QUE OS EUA ATRAVESSAVAM FORTE PROSPERIDADE ECONÔMICA"

No plano pessoal, a presidente notabilizou-se pelos inúmeros relatos de descomposturas passadas em subalternos. Sabe-se que alguns ministros e auxiliares recorriam a calmantes para controlar os nervos diante das explosões incontidas da chefe suprema. Sem experiência nem paciência, centralizadora e dona da verdade, distanciou-se dos parlamentares, acabando abandonada pelo PMDB. De seus aliados sobraram apenas o PT, PC do B e PSOL. Famosa por seus discursos confusos e desconexos, o prestígio presidencial simplesmente desabou: 42% de notas ótimo/bom para 13 %, segundo o Datafolha.

Além disso, veio à tona a roubalheira na Petrobrás, maior esquema de corrupção de nossa história, liderado pelo principal partido de sustentação do governo, alimentado diariamente por novas safras de escabrosas delações, gerando justificada insatisfação popular que ganhou as ruas e as redes sociais

Nas fotos, o líder maior do PT e seu criador se revela visivelmente abalado e, para os mais próximos, até mesmo deprimido, enquanto a quase ex-presidente pedala sua bicicleta às margens do Rio Guaíba, indiferente ao mundo circundante, como se ela própria não estivesse à beira do abismo e levado o País à bancarrota. Procede, pois, a manifestação pejorativa de Marcelo Odebrecht de que ela é "autista", ou quem sabe, uma "artista".■

(*) Desembargador

Visite Abrolhos

Baleias jubarte se reproduzem no arquipélago próximo à Colônia de Nova Viçosa

RUI FREITAS REGO

Baleias jubarte encantam turistas em abrolhos

Até novembro, os frequentadores da Colônia de Férias de Nova Viçosa, no Sul da Bahia, terão a oportunidade de observar, no Parque Nacional Marinho de Abrolhos, as baleias jubarte, que buscam a região por causa das águas claras e quentes para se reproduzir.

O arquipélago protege algumas das principias áreas-berçário da espécie, e por isso, conta com a maior concentração das baleias, possibilitando a visitantes e pesquisadores conhecer o comportamento das baleias nesse período, que vai desde grupos de machos disputando as fêmeas aos cuidados com os filhotes.

Nova Viçosa é um dos pontos de partida para Abrolhos, cujo acesso é feito por meio de barcos. A maioria dos passeios é feito em um dia (ida de volta), mas há também a possiblidade do interessado passar de 2 a 4 dias no local. No parque, é possível ainda observar aves marinhas e realizar uma trilha monitorada na Ilha Siriba.

MERGULHO

No verão, dos meses de dezembro a fevereiro, com as águas mais quentes e claras, outro atrativo de Abrolhos é o mergulho. Podem ser feitos mergulhos livres, realizados em profundidades de até cinco metros, com o qual o visitante poderá conhecer a vida marinha; e o mergulho autônomo que pode ser feito em naufrágios, cavernas e durante a noite, em locais preestabelecidos. Nessa modalidade, por medida de segurança, é necessário estar acompanhado de um condutor subaquático do parque.

A Colônia de Nova Viçosa possui 22 apartamentos duplex, 12 casas com três quartos, sala, lavanderia e varanda, além de área de lazer com piscinas, bar de apoio, restaurante, playground, sauna seca, área verde (50.000 m²) e ducha, para atender ao associado com conforto e tranquilidade. Visite Nova Viçosa; conheça Abrolhos!

Inscreva-se para a alta temporada até o dia 19 de agosto pelo telefone (31) 3079-3459 ou por fax (31) 3079-3458, ou ainda, pelo e-mail cacia@amagis.com.br.■

MAIS ATRATIVOS DE ABROLHOS

- Mergulho livre: realizado em profundidades de até cinco metros, permitindo a visualização de peixes multicoloridos, corais, algas e tartarugas marinhas.
- Mergulho autônomo: feito em naufrágios, cavernas, em chapeirões e noturno. É realizado somente em locais preestabelecidos e acompanhado de condutor subaquático treinado pelo parque.
- Observação de aves: o local abriga espécies como Atobás Brancos e Marrons, Grazinas, Fragatas e Beneditos.
- Trilha: caminhada monitorada na Ilha Siriba, cujas marés determinam modificações nas condições do percurso ao longo do dia. Podem ser observados de perto ninhos de atobás e grazinas.

CONVÊNIOS DA AMAGIS

- ***Luxglass***

Aplicação de película residencial 3M, vidraçaria, vidro temperado blindex, cortina e persiana. Desconto de 10% sobre o valor real dos serviços citados.

Telefone: (31) 2335-3393

Endereço: Av. Raja Gabaglia, 4955, Santa Lúcia

- ***Academia Bandeirantes***

Ginástica, musculação, treinamento funcional e spinning. Desconto de 30% da tabela. Avaliação física com 15 % de desconto da tabela.

Telefone: (31) 3281-8177

Endereço: Av. Bandeirantes, 1789, Sion

- ***Au Bom Vivant***

Isenção de Taxa de Rolha; desconto de 15% na alimentação, válidos de terça a quinta-feira.

Telefone: (31) 3227-7764

Endereço: Rua Pium-í, 229, Cruzeiro

- ***BY THE WORLD IDIOMAS***

30% de desconto para os associados da Amagis e seus familiares.

Telefone: (31) 3332-0886

Endereço: Rua Oeste, 305, Prado

Programa AMORàVIDA

AMAGIS Saúde

Bem-estar e qualidade de vida para você, usuário do AMAGIS SAÚDE

Lentes exigem cuidados

Invenção foi idealizada por Leonardo da Vinci

Populares entre aqueles que precisam auxiliar ou corrigir a visão, a ideia das lentes de contato é mais antiga do que parece. O primeiro registro é de 1508, quando Leonardo da Vinci pensou na criação de uma lente corretiva aplicada diretamente no olho. Em 1632, o filósofo René Descartes teve a mesma ideia.

Apesar de a invenção ser antiga, a fabricação do produto só foi possível no final do século XIX. Entretanto, com a limitação tecnológica, somente nos últimos anos da década de 1940 é que as lentes de contato menores, feitas de plástico rígido chegaram ao mercado.

Com o passar dos anos, o uso desse aparelho ótico foi difundido, mas sua utilização inspira cuidados e ainda gera dúvidas como o uso contínuo, higienização e prazo de validade.

O médico oftalmologista Carlos Heler Ribeiro Diniz, que atende no Instituto Mineiro de Olhos, credenciado à Amagis Saúde, esclareceu que, apesar de não aumentar o "grau" do problema de visão, o uso ininterrupto das lentes não é aconselhável. Ele disse ainda que dormir usando o aparelho não deve ser uma regra e o que possibilita a utilização das lentes de contato durante o sono é a permeabilidade do material com o qual ela é fabricada.

A higienização do dispositivo é outro aspecto que exige cuidados. Segundo o especialista, geralmente a limpeza feita uma vez por dia pode ser suficiente. Entretanto, devem ser utilizados produtos apropriados para esse processo. Diniz alertou que o uso das mesmas lentes por mais de uma pessoa aumenta a possiblidade de transmissão de doenças oculares, e que, apesar de toda evolução, não é toda pessoa que pode usar o aparelho.

Ao contrário do que algumas pessoas pensam, as lentes de contato têm validade e devem ser substituídas com a orientação do oftalmologista.■

Combate ao Zika Vírus

Amagis Saúde garante o exame desde janeiro

Em caráter extraordinário, a Agência Nacional de Saúde (ANS) incorporou exames para detectar o zika vírus ao Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, tornando obrigatória a oferta do diagnóstico aos beneficiários dos planos de saúde a partir do dia 3 deste mês.

A revisão do rol de procedimentos da ANS é feita a cada dois anos, mas, com a crescente preocupação com o zika vírus, a agência reguladora decidiu incluir os testes de biologia molecular (PCR) para detecção do vírus nos primeiros dias da doença: o teste sorológico IgM, que identifica anticorpos na corrente sanguínea, e o IgG para verificar se a pessoa já teve contato com o vírus em algum momento da vida.

Ciente dos riscos da doença, em janeiro deste ano, a Amagis Saúde já havia incluído a realização dos exames no rol de procedimentos, antes mesmo da Resolução Normativa 407 da ANS, que incluiu o teste nas Diretrizes de Utilização. Os diagnósticos estão assegurados para gestantes, bebês filhos de mães com diagnóstico de infecção pelo vírus e recém-nascidos com má-formação congênita sugestiva de infecção pelo zika.■

Saiba mais no site
amagissaude.com.br

+SAÚDE!
SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
Desembargador Maurício Torres Soares

DIRETORIA DO AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Luzia Divina de Paula Peixôto
Diretor de Saúde
Desembargador Edison Feital Leite
Diretor Financeiro
Juíza Kenea Márcia Damato de Moura Gomes
Conselho Gestor:
TJMG
Alexandre Quintino Santiago
Renato Luís Dresch

Suplentes
Estevão Lucchesi de Carvalho
Edison Feital Leite
Juízes da Capital
Carlos Salvador Carvalho de Mesquita
Marli Maria Braga Andrade
Suplentes
João Luiz Nascimento de Oliveira
Kenea Márcia Damato de Moura Gomes
Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Juarez Morais de Azevedo

Suplentes
Mateus Bicalho de Melo Chavinho
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Francisco Kupidlowski
Alberto Aluizio Pacheco de Andrade
Suplentes
José Nicolau Masselli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora do Amagis Saúde
Juíza Maria Luiza Santana Assunção

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

+SAÚDE!
SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

40 anos AMAGIS Saúde

Amagis Saúde visitará pacientes hospitalizados

Atendimento irá esclarecer dúvidas e dar orientações

GEORGIA BAÇVAROFF

Simone Pires, Gesieni Carvalho e Luciene Leandro

A partir deste mês, os usuários da Amagis Saúde em internação hospitalar poderão contar com o apoio de uma assistente social contratada pelo plano, que irá aos hospitais visitar os associados para se informar sobre o atendimento aos magistrados e seus familiares. O objetivo é esclarecer dúvidas e identificar se todos os procedimentos estão sendo adotados de acordo com a necessidade do paciente.

Apesar do objetivo das visitas não ser a fiscalização, o trabalho da assistente social também será importante para colaborar com as análises da auditoria interna da Amagis Saúde, agilizando a liberação dos procedimentos quando algum pedido médico for feito a esse paciente. A assistente social poderá ainda subsidiar a auditoria in loco, confirmando se todos os serviços registrados no prontuário estão sendo efetivamente realizados.

Mesmo com os efeitos práticos da iniciativa, o objetivo principal da diretoria da Amagis é estreitar os laços com os associados, apoiando os usuários do plano em um momento de fragilidade e desmistificando a ideia de que auditoria serve somente para fiscalizar despesas.

A assistente social irá regularmente aos hospitais para ver aqueles pacientes que tenham autorização para receber visitas, sem que haja necessidade de uma solicitação prévia do serviço. De toda forma, o usuário pode entrar em contato com a Amagis Saúde pelos telefones (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 ou (31) 3079-3481.■

TIPOS DE AUDITORIA

- ***AUDITORIA PROSPECTIVA:** Análise dos pedidos para exames, procedimentos e internações clínicas ou cirúrgicas.*
- ***AUDITORIA PROATIVA:** Visitação de médicos ou enfermeiros, ou ainda, de assistente social aos pacientes.*
- ***AUDITORIA RETROSPECTIVA:** Avaliação da conta hospitalar dentro do hospital (in loco).*

DICAS

Plantão 24 horas

**A Amagis Saúde disponibiliza aos seus usuários o serviço de plantão telefônico 24 horas.
A medida atende à resolução normativa 395 da Agência Nacional de Saúde.**

Horários do atendimento 24 horas
Segunda a sexta-feira: de 19h às 7h
Sábado, domingos e feriados: 24 horas

Atendimento em horário comercial
Segunda a sexta: de 7h às 19h
Sábado: de 8h às 13h15

Número do plantão telefônico
(31) 99977-2860

Telefones para atendimento no horário comercial
(31) 3079-3478; 3079-3479; 3079-3480; 3079-3481

Atendimento presencial - Rua Albita, 194, 6º andar, Belo Horizonte

ANS Nº 41669-0